

Governo planeja desindexação da economia

NELSON TORREÃO e SERGIO LEO

BRASÍLIA — O Governo pretende, depois de abril, obter a “desindexação formal e informal da economia”, com a gradativa eliminação dos reajustes automáticos de preços e rediscussão da política salarial, disse ao GLOBO o ministro da Fazenda, Paulo Haddad. Entre as alternativas para dar “uma pancada na inércia inflacionária”, segundo Haddad, a menos arriscada é a chamada “âncora monetária”: um severo controle da emissão de cruzeiros pelo Governo, que desestimele a remarcação de preços. A medida pode provocar uma “alta temporária” de juros, admite o ministro.

— A âncora monetária, dependendo da credibilidade do Governo, pode ser mais ou menos rápida, mas esse tema não é a nossa prioridade. Enquanto não se tiver as pré-condições, não se pode dizer o que se vai fazer em termos de combate sistemático, mais imediato, contra a inflação — disse o ministro.

A mudança da política salarial, já

prevista para abril, depende de discussões com o Congresso e dentro do próprio Governo, com o responsável pela área, o ministro do Trabalho, Walter Borelli. Para Haddad, a queda da inflação com medidas como a “âncora monetária” poderia facilitar a negociação de uma política “em melhores condições”. Haddad disse que precisa de mais 60 dias para criar o que ele chama de pré-condições para seu programa de estabilização da economia: o saneamento das dívidas de setor elétrico e dos estados e municípios, a reestruturação da Caixa Econômica Federal, a negociação de um novo acordo com o FMI e a assinatura do acordo da dívida externa com cada banco credor.

O ministro negou que esteja desmissionário devido à pressão do presidente Itamar Franco em obter resultados contra a inflação. Disse, ainda, que, embora tenha discutido com seus assessores a ideia de uma “âncora cambial” (eufemismo de economistas para a prefixação do câmbio), essa alternativa é considerada excessivamente arriscada pela equipe eco-

nômica, porque poderia desorganizar o setor exportador, um dos mais dinâmicos na economia brasileira.

O Governo pretende combinar o corte de despesas e o ajuste fiscal para gerar um superávit nas contas públicas — Governo federal, estaduais, estados e municípios — de 3,5% a 4% do Produto Interno Bruto (pelo menos US\$ 15 bilhões), disse o ministro. O Governo quer aproveitar o aumento de arrecadação com o ajuste fiscal para aumentar o prazo de vencimento de seus títulos. Este ano vencem o equivalente a US\$ 8 bilhões da dívida interna, e o Governo quer dar uma demonstração de equilíbrio em suas finanças, pagando metade dessa quantia, em lugar de fazer sua rolagem, como habitualmente. A outra metade seria substituída por títulos de prazo cada vez mais longo, à medida em que esses títulos tivessem aceitação do mercado financeiro.

O Governo estuda também o fim da chamada cláusula de recompra, através da qual o Banco Central garante a compra dos títulos públicos que as instituições financeiras não

conseguirem repassar a aplicadores no mercado. Essa cláusula, que alimenta o **overnight**, não pode ser rompida enquanto os títulos públicos não tiverem grande credibilidade, sob pena de aumentar muito os juros, afirmam assessores do ministro.

Haddad descartou a proposta de se usar parte das reservas internacionais do país para servir de garantia aos títulos de mais longo prazo que o Governo pretende oferecer aos aplicadores. As reservas devem ser usadas para evitar especulações com o câmbio, disse.

A ideia da “âncora cambial”, que povoou as conversas da assessoria de Haddad nos últimos dias, partiu do economista José Eduardo Mendonça de Barros. Na reunião da equipe, quinta-feira, Haddad e seus assessores, preocupados com o nervosismo do mercado em relação às notícias sobre mudanças na área cambial, chegaram à conclusão que essa alternativa poderia prejudicar o equilíbrio no setor externo, um dos poucos em que o Governo pode apresentar bons resultados.